

## **"ESPARTILHOS, CUMPLICIDADES E CEGUEIRAS CONIVENTES/CONVENIENTES - A HÁBIL GESTÃO DOS SILÊNCIOS"**

Nuno Gonçalves <sup>(1)</sup>

Hesitei na inauguração desta coluna. A minha presença nestas linhas justifica-se pela denúncia do Assédio Moral e de outras formas de violência psicológica, mas tenho dificuldade em destringir os acontecimentos de ordem económico-financeira que presentemente abalam todas as dimensões da Humanidade, pois atribuo à mesma causa as razões subjacentes a ambos os fenómenos que ocorrendo desgarrados, dispersos sem aparente ligação confluíram para a presente, e de curso incerto, agonia. Há coincidências, sem dúvida. E azares. Também.

Sendo estes, episódios tendencialmente isolados, excepcionalmente agregados em cascata, são azares apenas na aparência. Surgem marcados pela concertação e articulação de interesses vorazes, gananciosos, desprovidos da mais completa consideração, prudência e sensatez, escorados na segurança dos compadrios, na garantia da impunidade e na certeza da ausência de prejuízo pessoal por não envolverem bens ou valores pessoais, revelando negligência de uns e entorpecimento mais ou menos conluiado de outros e incúria de todos, delapidando e arruinando propriedade alheia produzida no ardor do trabalho dependente e produtivo, na aceitação do risco pessoal assumido na laboriosa construção de uma empresa, serviço ou negócio.

Os modernos salteadores não se tocam nas bermas das estradas. Percorrem-nas em potentes e fascinantes bólides, com armaduras de tecidos sofisticados produzidas por armeiros com nomes italianos e franceses, deslumbrando os fracos e os néscios com a sua segurança, convicção, certeza e poder. Ocultam-se atrás das ramas da ignorância e da hesitação, na escuridão dos labirintos legais e protegidos pela imaterialidade da prova.

O que me fascina, enquanto técnico de psicologia, é a monumental ingenuidade de quem entrega, literalmente, o ouro ao bandido, exigindo-lhe o milagre da multiplicação, nada contestando e numa aparente exigência de conservação do seu estado de graça imerso na ignorância dos meios utilizados, acreditando, simultaneamente, que o bandido só trapaceará outros que não ele, aceitando a cegueira auto-infligida com o escalpelo do optimismo messiânico.

Não, assim não é acreditar na natureza humana. Será candura, ingenuidade, erro por omissão, o que for, mas seguramente crime por cumplicidade cúpida e negligente. O negócio de geração de riqueza e distribuição de dividendos tipo D. Branca pode encantar quem não entende os meandros das finanças e dos mercados de capitais, de quem coloca no futuro uma esperança eivada de fé e crença em forças, energias e outras magias e que, por essa mesma ausência de domínio dos assuntos correlatos às transacções financeiras, se arrepiam e encolhem face à agressiva arrogância e ao avolumar das sobrelhas desses magos fascinantes e impressionantes, blindados em saberes ocultos, drapejos e palácios burocráticos. Até as crianças oferecem mais resistência a quem lhes rouba os chupas.

Ao nível do leigo é difícil apontar responsáveis por ausência de capacidade e competência técnicas. Mas só a este nível. No plano de conselheiros financeiros, dos instigadores dos vendedores de balcão, daqueles com capacidade técnico-profissional já não é possível recorrer ao argumento da incompetência. Podem alegar euforia, embriaguez, cegueira, o que seja. Mas usaram-na para galvanizar e embriagar o cliente, relevando abuso de confiança, falta de respeito, utilização em proveito próprio, de forma oculta ou não revelada, de património alheio.

Esta arrogância prepotente e violenta que de forma incomensurável nos montantes, na quantidade de pessoas e instituições, nas suas consequências sociais e históricas é da mesma massa da que exerce violência psicológica sobre as pessoas com quem priva. A responsabilidade comum erigiu órgãos sociais impossibilitando cada um de nós de fazer justiça pelas próprias mãos que respondem sob o nome de Estado. Este e todos nós, também, na permissividade individual, na “pachorrice”, no porreirismo e na “pacholice”, demitindo-nos, uns, do dever de denunciar e apontar, outros, do dever de fiscalizar e adoptar medidas correctivas, abrimos a caixa de Pandora e libertámos os demónios contidos em cada um de nós. Não tenhamos ilusões. Muitos dos

afectados, principalmente os especuladores, o que lamentam não é a sua participação no grande banquete mas sim o terem sido apanhados pela onda, conformam-se alguns na contemplação invejosa dos que aproveitaram para delapidar em proveito próprio os bens alheios.

Os artigos de opinião com que tive o grato prazer de participar no dossier temático de 2008, publicado nesta revista, versaram o Assédio Moral no Trabalho. Confesso que o meu envolvimento com o Assédio Moral extravasa a dimensão laboral e abrange outros cenários e comportamentos. Os acontecimentos e os fenómenos em curso, que irradiam qual explosão nuclear lenta, mas mais poderosa nos seus efeitos destruidores sugerem no meu espírito uma forte sugestão de semelhança dos processos mentais subjacentes ao colapso dos mercados e à violência psicológica, distinguindo apenas, entre um e outro, o carácter abstracto do primeiro e a natureza pessoal da violência psicológica do segundo.

Assim, a hesitação a que me refiro na abertura deve-se à dificuldade de, face aos recentes acontecimentos, isolar o fenómeno ocorrendo-me que o actual cenário de colapso da economia, das instituições financeiras, das unidades produtivas, do trabalho, do emprego e, qual golpe e estalo do chicote, das famílias ou pessoas singulares, não seria possível sem as práticas socialmente criminosas de coagir ao silêncio e à submissão quem manifesta incontido espanto e estranheza.

Esta cultura de arrogância maniqueísta, da manipulação da informação e das cifras, distorção dos factos e informações e da prepotência psicopática espoliou os assalariados, os profissionais, os produtores e os detentores do capital da justa retribuição dos seus investimentos e contributos.

A noção de crime incorpora o dolo e a negligência, independentemente de possuir enquadramento e tipificação legal. A perda de valor do conceito e estatuto de Pessoa de Bem - caídos em desuso muito pela acção de xico-espertos, habilidosos e outros de igual jaez e extracção - correspondendo a uma relação pautada pela confiança, integridade, respeito mútuos e pelo cumprimento integral do acordo firmado sob palavra de honra, salvaguardando os interesses e expectativas legítimas das partes, associado à percepção da responsabilidade social dos participantes, sente-se actualmente de uma forma crua mesmo por aqueles que a tudo cediam em troca da promessa de retribuições cornucópicas sobre os capitais aplicados.

A mesma distorção que os ajudou a sentirem-se de casta superior iluminada iniciada nos segredos e meandros do capital e da finança deveria alertá-los para a derrapagem malthusiana, cuja predição do colapso da progressão na ausência de recursos inesgotáveis inspirou a Darwin a sua obra.

Quer pela violação da legalidade, dos princípios da sensatez, da ignorância ostensiva e grosseira dos saberes e dos pareceres são culpados todos os que fizeram a opção clara pelo risco. Os crimes financeiros, os crimes económicos, os crimes laborais corrompem o mercado, os valores, as relações, as idoneidades e prejudicam todos aqueles que trabalham, produzem, negociam rectamente. Independentemente das acções avulsas, pontuais e acumuladas, o que ressalta em todo este processo é a ausência completa de ética e de pudor. A Lei classifica os actos, mas a ausência de sanção ou da caracterização legal não dignifica um acto espúrio e violador da boa-fé e da lisura dos procedimentos.

A defesa pela omissão, ocultação, sonegação, manipulação, falsificação, corrupção, ausência de dados, destruição de prova ou inexistência de quadro legal não significa que as acções praticadas são virtuosas. São frequentemente os primeiros sintomas da má-fé e de procedimento ilícito ou, pelo menos, pouco transparente, eufemismo muito usado para referir a ilicitude.

Subjacente aos fenómenos socioeconómicos a que assistimos e nos sujeitamos está o mesmo perfil comportamental e constelação de considerações que “legitimam” os tiques e actos prepotentes e ofensivos que encontramos nas acções de Assédio Moral e de agressões psicológicas da mais diversa natureza e, que tal como elas iniciam-se insidiosamente, lenta e despercebidamente, avolumando-se e ganhando, pela ausência de reacção ou oposição, foros de legitimidade forjada no hábito.

Pode alegar-se que existem culpas repartidas entre os que praticaram, e praticam, as acções desastrosas pois se uns prevaricaram activamente, outros fizeram-no passivamente com o seu silêncio. A concordância com este pressuposto é falaciosa na medida em que para que tal erro de passividade fosse imputável a quem foi forçado ao silêncio e á contenção, teria de haver paridade e equilíbrio de forças e de conhecimentos.

Patenteia-se facilmente a desproporção de recursos de toda a índole entre os actores deste drama.

Resumindo, a natureza humana pode ser a justificação para os males do mundo, assim como para os seus bens e grandezas. Há que reformar mentalidades, combater o laxismo criar soluções que previnam o abuso e o descontrole. Aqueles mesmos defensores incondicionais da regulação pelo mercado com exclusão da intervenção do Estado, vêm agora pedir a este que intervenha para os salvar da sua própria incapacidade. Parece, no mínimo, haver falta de coerência. Há que esclarecer e salvaguardar a integridade dos meios de defesa. Urge reconhecer as paixões e inclinações humanas e formular novas tábuas da lei mais adequadas e exequíveis na actualidade.

Podemos aproveitar as convulsões actuais para desperdiçar o nosso tempo a apontar dedos acusadores. Podemos aproveitar esse mesmo tempo para reflectir quanto aos erros e oportunidades perdidas ou desperdiçadas e aprender com a experiência e com a ponderação. As más práticas serão as mais lucrativas? Se sim, em que circunstâncias e como torná-las integralmente benignas? Possivelmente, sê-lo-ão num período delimitado e em circunstâncias especiais. Comparadas com as boas práticas numa perspectiva de médio/longo prazo, qual é a mais favorável? Como converter uma má medida ou má prática em boas soluções? Os erros acumulados, o aparecimento de meios de controle, a consciência do mercado e outras ocorrências ou medidas corrigem os dislates. Basta ver, de forma sensata e analítica o percurso histórico da Humanidade e da sociedade ou, em alternativa, as práticas dos grupos económicos cujo sucesso decorre da valorização e optimização do retorno dos seus recursos humanos.

A evolução tem melhorado as condições de vida da humanidade em todos os níveis. As más soluções e as más práticas são organizacionalmente suicidárias pois decorrem de má gestão dos recursos materiais e humanos, acumulando os custos do desperdício e da falta de rigor, perecendo às mãos das mudanças que o curso da história arrasta. Qual a parte que nos compete deste esforço? Uns haverá cuja situação os pode expor a riscos acaso ajam no sentido de tentar corrigir ou denunciar uma situação anómala. Os casos pontuais ou directos impõem alguma avaliação da situação e pode ser assisado procurar ou aceitar ajuda evitando gestos impulsivos e

exposições inoportunas. Porém esquecemo-nos que mais que um problema circunstancial estas questões decorrem da mentalidade vigente. Isto significa que umas pessoas são tolerantes a pequenas transgressões já não conseguindo reagir quando elas se avolumam e agravam, que sentem que não possuem recursos para contrariar ou combater a situação e que outras pessoas há que não encontram razões para adoptar outros comportamentos, que acreditam que é assim a ordem natural do mundo ou que estão a agir correctamente e de acordo com a função comportando-se arbitrariamente, que cada pessoa ocupa o nível conforme a sua capacidade e qualidade e tantas outras crenças e erros que intoxicam o quotidiano de pessoas e instituições.

Podemos circunscrever o problema a uma questão meramente ética, que o é, e podemos considerar as circunstâncias propiciadoras. Agir pontualmente e em confronto directo num cenário de desproporção de forças conduzirá à perpetuação dos resultados actuais por ausência de resultados e pulverização das acções, prejuízo dos afectados e manutenção da inconsequência dos actos.

A acção deve ser comum ainda que não necessariamente concertada. Podemos combater o abate de animais deixando de consumir sopa de barbatana de tubarão, usar peles de espécies exóticas, marfim, etc. Podemos proteger a infância suspendendo a aquisição de têxteis ou calçado de produção duvidosa. Podemos proteger os novos escravos recusando-nos a adquirir bens por eles produzidos. Podemos optar pelos produtos em que a situação sócio-laboral dos trabalhadores está salvaguardada. São decisões pessoais mas poderosas se muitos de nós fizerem o mesmo. Já há alguns anos a pressão da opinião pública - dos depósitos e das relações de negócios - levaram uma conhecida instituição financeira a alterar a política de admissão de pessoal até então particularmente sexista. Mais recentemente um gigante petrolífero revelou que iria descartar-se uma obsoleta plataforma de extracção petrolífera, afundando-a sem proceder a qualquer cuidado de preservação ambiental.

Perante o protesto de ambientalistas e da população em geral manifestaram que não cederiam a pressões nem braços de ferro e que não só podiam como tinham capacidade de poder fazer o que lhes apetecesse. Não resistiram a duas semanas de boicote à compra dos seus produtos. Além de cancelarem o afundamento ainda se viram na necessidade de uma operação cosmética de recuperação e apetrechamento

da dita unidade. Reconvertida, a referida plataforma é, actualmente, uma estação científica off-shore. Estes exemplos mostram que cada um de nós, agindo em consciência e em conformidade com ela, pode contribuir de forma consistente, permanente e sustentada para melhorar e corrigir atitudes e práticas sociais e organizacionais incorrectas ou indesejáveis. Procurando informação, excluindo das nossas opções os produtos e serviços que não garantam o nosso grau de exigência quanto à postura ética tanto na produção como na relação com as pessoas, colaboradores e clientes, denunciando junto dos que nos são próximos as práticas incorrectas e quem as pratica, reflectindo de modo a que em cada um de nós a consciência e atitude éticas se desenvolvam, reforcem e frutifiquem podemos levar avante revoluções silenciosas e pacíficas capazes de operar mudanças em que cada um de nós realiza ou leva a realizar aquilo em que acredita e que acha estar certo e correcto. Em concreto desta atitude não decorre qualquer privação da parte de quem escolhe o que lhe dá garantias de conformidade ética. O que se verificará é que se passará a ter acesso aos mesmos bens obtidos e processados conforme os valores em que acreditamos e respeitando a nossa sensibilidade.

Cuidemos apenas de não nos deixar adormecer pela propaganda institucional de certas organizações que debitam decibéis e metros quadrados de propaganda mentindo, distorcendo ou ampliando astronomicamente as suas acções e iniciativas, dourando-as com os pregões da responsabilidade social ou dos procedimentos protectores do ambiente. Não basta escolher, é preciso controlar a efectividade do que se apregoa. Em caso de dúvida ou esclarecimento insuficiente, rejeitar. Se cada um de nós agir de acordo o seu padrão de valores e critérios verificará os efeitos das suas acções multiplicadas por inúmeras pessoas afectar as relações de trabalho nas organizações, estimular o rigor e a disponibilidade na informação das características dos produtos - financeiro, tecnológicos e outros - por parte dos seus promotores. Promoveremos as instituições mais transparentes e que revelam brio e orgulho por serem socialmente responsáveis. O mercado é soberano pois é nele que as organizações recolhem a sua riqueza e razão de existir. Uma vontade, necessidade ou utilidade é o bastante para marcar um padrão de excelência, ainda que imponha grande disciplina e investimento. Uma resposta genuína e conforme as inclinações do mercado pode trazer grandes retornos ao produtor e exercer um efeito de arrasto a todo um sector. Senão, vejamos o caso da segurança passiva dos veículos que é um poderoso argumento de venda e um factor poderoso a influenciar a escolha. Além de

gratificar os líderes da investigação e aplicação de medidas de segurança, tem ainda um efeito de conversão, por arrastamento, de outros construtores e estabelecendo padrões e critérios adoptados pelas próprias autoridades. Se um produto complexo é capaz de detectar e acompanhar uma necessidade, toda a estrutura produtiva de uma sociedade deve ser capaz de responder às necessidades do cliente,

Atentemos nos exemplos, que os há, de empresas dos mais diversos ramos incluindo actividades financeiras, que agiram de forma responsável, em boa consciência, seleccionando opções mais correctas ao invés das mais lucrativas ou das especulativas, agindo de modo ético. Estas mostram que agir de forma responsável, ética e correcta é compatível com a realização do lucro legítimo e socialmente frutuoso. Estas instituições correrão o “risco” de, privadas da avidez insensata, ilustrar a sua sustentabilidade e solidez para atravessar estes momentos conturbados sem provocar ruínas, desiludir clientes nem sacrificar benefícios. Para concluir e, regressar à brasa e sardinha desta coluna, tenhamos presente o conforto que nos traz a aquisição de bens e serviços oferecidos por instituições que sabemos possuírem uma cultura ética e de respeito pelas pessoas, clientes e colaboradores, e pelo ambiente, ecológico e humano.

Lanço o repto para que cada um de nós divulgue e aponte as instituições que sabemos ser íntegras e que optemos pelos produtos que nos dêem garantias de respeito pela Pessoa, no que a ela diz respeito quer directa quer indirectamente. Tão importante como o conhecimento das transgressões e transgressores é desenvolvermos em nós essa atitude e zelar pela educação e pelo civismo respeitantes da Ética e do acto responsável.

---

<sup>1</sup> Psicólogo Clínico. Revista Segurança, Portugal. Contato com o autor: [umnuno@gmail.com](mailto:umnuno@gmail.com).